

## “O Exercício da Cidadania” na ACSP Distrital Tatuapé



**Luiz Riccetto Neto, presidente da Associação Brasileira de Defesa do Cidadão e do Contribuinte**

O advogado Luiz Riccetto Neto realizou palestra na segunda-feira, dia 24, promovida pela Associação Comercial de São Paulo Distrital Tatuapé, sobre o tema “O Exercício da Cidadania”. Ele é presidente da Associação Brasileira de Defesa do Cidadão e do Contribuinte. O evento contou com a presença de vários representantes de autoridades de entidades da região, além de membros da Distrital, que se localiza à Praça Silvío Romero, 132, 2º andar.

Riccetto Neto demonstrou a importância do cidadão ser consciente e

ativo, exercendo os direitos civis e políticos assegurados pela Constituição Federal. “O deputado Ulysses Guimarães chamou a Constituição promulgada em 1988 de Constituição Cidadã, porque nela o Estado colocou armas jurídicas nas mãos do cidadão para que o mesmo possa se defender do próprio Estado, que podem ser utilizadas quando os representantes eleitos desviam da finalidade essencial do Estado, abusam do poder ou prevaricam”, lembrou.

Além do voto, nas formas de se exercitarem o poder da cidadania in-

cluem-se: iniciativa popular, ordem de habeas corpus, ordem de habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, ação direta de inconstitucionalidade e ação civil pública. Riccetto Neto esclareceu que “não obstante a grande parte desse poder deva ser exercido através do Judiciário, com a participação de um advogado (salvo o habeas corpus), o cidadão que não quiser se associar para diminuir o custo exigido na defesa dos direitos da coletividade ou não tiver recursos para contratar esse indispensável profissional, poderá exigir do Estado assistência judiciária gratuita”.

O conferencista enfatizou o fato do governo não dar a devida divulgação das armas constitucionais e de qualquer legislação infraconstitucional ao cidadão. “É necessário a conscientização do cidadão para que ele possa exercer os direitos civis e políticos assegurados e passe a questionar as informações recebidas através da mídia ou de boatos e se inteirem sobre as decisões que tomam os representantes eleitos, acompanhando, controlando e fiscalizando as arrecadações do Estado avaliando o seu efetivo aproveitamento, em favor dos contribuintes”, disse Riccetto Neto. “A própria Constituição dá importância à cidadania, colocando-a como segundo fundamento da República Federativa do Brasil, antes mesmo da dignidade da pessoa humana, pois só através do pleno exercício da cidadania é que se chega a essa dignidade.”